

5. BATALHAO DE SUPRIMENTO

Termo de Referência 55/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
55/2026	160222-5. BATALHAO DE SUPRIMENTO	BRUNO COSTA NASCIMENTO	18/05/2026 14:03 (v 0.9)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos/Concessão de uso de bens públicos	100/2026	64154.004909/2025-22

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
5º BATALHÃO DE SUPRIMENTO
(BATALHÃO GENERAL FELIPPE ANTONIO XAVIER DE BARROS)
(Sv Subs Mil 5ª RM / 1934)

(Processo Administrativo nº 64154.004909/2025-22)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Cessão de uso onerosa sob regime de arrendamento, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Especificação dos itens a serem cedidos sob regime de arrendamento				
Item	Especificação	Área em Hectares	Quantidade Mínima/Oferta (Lance Inicial)	Valor Total (mínimo)
1	Cessão de uso onerosa sob regime de arrendamento de imóvel da União, área rural denominada “Fazenda Baronesa”	638,0512 ha	Exploração agrícola: 12.697,22 sc soja/ano	R\$1.622.831,69

Especificação dos itens a serem cedidos em contrapartida não financeira					
			Unidade de	Valor	Valor

Item	Especificação	Quantidade	fornecimento	unitário	total
1	<p>Computador Desktop, Notebook, Estabilizador 1000VA, Gravador Digital de Vídeo (DVR), Monitor para computador, Suporte para monitor, Roteador, Impressora térmica, TV Smart, Suporte Ataculado de parede para TV, Câmera de segurança Bullet IP (Intelbras), Marteleto Perfurador SDS Plus, Máquina para Solda MIG/MAG, Lixadeira de Parede Girafa Roto Orbital, Lixadeira Orbital, Furadeira Impacto GSB450RE e Maleta X-line, Kit de Furadeira Parafusadeira, Aspirador de Pó e Líquidos Inox, Compressor Prático 6,6/20 Schulz, Pistola de Pintura, Jogo de Chaves Fenda e Phillips Isoladas, Escada Articulada, Jogo de Chaves Combinadas com Catraca, Serra Mármore Titan com Kit de Refrigeração,</p> <p>Cortador Vidro Professional Worker, Alicates Amperímetro com Voltímetro Digital AC, Alicates de Pressão Triangular, Placa Elétrica, Mini Tupa Manual, Trena Laser GLM 25-23 Bosch, Nível a Laser Nivelox com Tripé, Alicates Multiuso Eletricista, Máscara de Solda Automática CR2, Serra Tico Tico 710W GST 75 E Bosch, Betoneira, Motoserra, Furadeira Profissional de alto impacto, Parafusadeira de impacto, Jogo de ferramentas, Lavadora de alta pressão, Engraxadeira pneumática, Compressor de ar 20 pés 250 litros trifásico, Chave parafusadeira de impacto pneumática, Bateria 12 v 60 ah, Bateria 12v 100ah, Calibrador de pneus, Carregador de baterias, Torquímetro, Esmerilhadeira, Macaco hidráulico, Scanner veicular, Pneu trator 5030 new holland Pneus dianteiros, Pneus traseiros, Pneu trator John Deere Pneus dianteiros, Pneus traseiros, Pneu quadriciclo, Liquidificador Industrial, Cuba, Assadeira, Lixeira de inox, Rechaud de inox, Processador de alimentos industrial, Fatiadora de frios automática, Fritadeira elétrica, Mesa de Escritório em L, Mesa escritório reta, Mesa planejada para escritório, Mesa de reunião, Cadeira Giratória Executiva, Armário de Aço 2 Portas, Mobiliário- tipo arquivo, Estante de aço, Bebedouro de Coluna, Triturador de papel, Paleteira 2 a 3 ton, Empilhadeira 2 a 5 Ton, Transpaleteira 1.5 a 3 ton, Transpaleteira elétrica, Plataforma elevatória, Máquina de arquear elétrica, Fita pet de arquear, Carrinho Desbobinador De Fita Arquear Pet, Bateria de empilhadeira elétrica, Bateria tracionária transpaleteira elétrica, Lâmina de 2 pontas Stihl, Porca de segurança roçadeira Stihl, Cinto duplo para ombro Stihl, Fio de nylon Stihl quadrado, Chave de vela Torx Stihl, Filtro de combustível bico fino Stihl, Vela de ignição original Stihl, Filtro de ar compatível roçadeira, Conjunto de corte Stihl para roçadeira, Carburador + mangueira compatível roçadeira, Óleo lubrificante Stihl, Descarbonizante de motores, Tubo graxa lubrificante para roçadeiras, Cabeçote de aspiração Stihl, Escova rotativa de aço p/ roçadeiras, Pneu dianteiro trator Husqvarna, Mandril trator Husqvarna, Jogo 2 faca lâmina trator Husqvarna, Bateria selada duran, Módulo bobina ignição trator Husqvarna, Pneu forerunner, Câmera EOS M50 Mark II com lente, WebCam, HD Externo, Tripé, Gimbal estabilizador de câmera, Cartão de memória, Mesa de som, Caixa de som, Acessório para som Cabo P10 Para P10, cabo p10 3 ponto xlr para microfone, Sistema S/fio Shure Blx14br /cvl-m15 Lapela, Carregador De Bateria 9v, Kit Conector Plug P10 Stereo, Fusível De Vidro, Rádio portátil, Rádio veicular, Armário de Aço 2 Portas, Beliche, Travesseiro de Espuma, Colchão.</p>	Não estabelecida	Unidade	R\$-	R\$-

Especificação dos itens: Os itens listados acima servem como referência, cujo detalhamento será formalizado após a homologação do certame ao cessionário. Não é possível estabelecer previamente especificação mais detalhada, tendo em vista que nesta fase de licitação a administração ainda não sabe o valor total que poderá ser utilizado para as aquisições dos itens a serem entregues como pagamento pelo licitante vencedor, após a homologação do certame será definido as demandas que se ajustam às necessidades da administração pública, permitindo assim que a administração pública se adapte a demandas variáveis ou imprevisíveis e que demandará mais flexibilidade e adaptabilidade com as necessidades reais.

Quantidade dos itens: Não é possível estabelecer previamente a quantidade necessária de cada um dos itens, tendo em vista que será definido em data futura após a homologação do valor da proposta vencedora, quando a administração pública tiver formalizado quais serão os itens a serem recebidos como contrapartida não financeira.

Valor unitário dos itens: Não é possível estabelecer previamente o valor unitário dos itens, tendo em vista que na fase de elaboração do

processo ainda não tem a previsão de quais os itens serão entregues como pagamento. O valor unitário será formalizado após a homologação do certame ao cessionário, por meio de Relatório de Pesquisa de Preços, acompanhado de Mapa Comparativo de Preços e os documentos que lhe dão suporte, conforme previsto na IN SEGES/ME 65/2021.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto no 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo da presente Cessão de Uso Onerosa sob o Regime de Arrendamento é de 05 (cinco) anos, contado da data de sua assinatura, podendo a Administração Militar prorrogá-lo mediante Termos Aditivos, por períodos iguais ou inferiores, até completar o prazo máximo de 20 (vinte) anos, contados da data inicial do Contrato Principal, na forma da PORTARIA - DEC/C Ex No 200, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020, conforme justificativa pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Na presente contratação, há critérios de sustentabilidade, conforme justificativa pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação, não há indicação de marcas ou modelos. O item do presente processo não está sujeito à indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), por tratar de arrendamento de área para exploração agropecuária (agricultura).

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Na presente contratação, não há vedação de marca ou produto. O item do presente processo não está sujeito à vedação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), por tratar de arrendamento de área para exploração agropecuária (agricultura).

Da exigência de amostra

4.4. Na presente contratação, não há exigência de amostras. O item do presente processo não necessita de amostras aos licitantes provisoriamente em primeiro lugar, porque se trata de arrendamento de área para exploração agropecuária (agricultura).

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Na presente contratação, não há exigência de carta de solidariedade. O item do presente processo não necessita de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, porque se trata de arrendamento de área para exploração agropecuária (agricultura).

Sub-arrendamento

4.6. Não será admitido o sub-arrendamento do objeto contratual, conforme justificativa pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Subcontratação

4.7. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.7.1 Atividade de arrendamento.

4.8. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.8.1 Atividades de assistência técnica especializada, serviços de plantio, tratos culturais, colheita e manutenção de equipamentos agrícolas.

4.9. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.10. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto

4.11. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.12. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.13. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei no 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.14. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.14.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.14.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.14.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.14.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.14.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.15. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.16. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.17. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.18. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.18.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.19. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.19.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

4.19.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

4.20. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.21. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.22. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.23. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.23.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.23.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.24. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.24.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.24.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.25. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.26. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.27. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

4.28. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.29. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições do objeto, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16h30.

4.30. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.31. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.32. Para agendamento da vistoria, o interessado deverá enviar e-mail para o endereço salc@5bsup.eb.mil.br ou por telefonema para (41) 3592-4276.

4.33. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.34. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.35. Na presente contratação, não há reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que o presente processo se trata de arrendamento, no qual não há aplicabilidade deste quesito.

Margem de Preferência:

4.36. Na presente contratação, não há margem de preferência, tendo em vista que os itens não se enquadram na Resolução SEGES-CICS/MGI nº 1, de 2 de julho de 2024.

Condições de arrendamento

4.37. A Administração Militar reserva-se o direito de uso e emprego da área para instrução de tropas e demais atividades militares.

4.38. Durante a vigência do contrato, é ressalvado o direito de uso pelo Exército de toda área arrendada, inclusive barragens e bosques, para instrução da tropa e demais operações militares que se fizerem necessárias, com aviso prévio de 05 (cinco) dias úteis, prazo no qual a área deverá ser liberada pelo Cessionário.

4.39. Durante a vigência do contrato, a utilização das fontes de água existentes no Campo de Instrução ficará a cargo da Administração Militar em atividades militares, da maneira que melhor lhe convier, na quantidade que for necessária (inclusive para proporcionar banho para a tropa acampada, lavagem de viaturas, roupas e demais utensílios, cozimento de alimentos e água para beber).

4.40. Durante a vigência do contrato, as porteiras e outras passagens existentes no imóvel deverão estar acessíveis à passagem e deslocamento do efetivo em treinamento e do material empregado.

4.41. Durante a vigência do contrato, eventuais danos causados por manobras militares nas áreas arrendadas deverão ser comunicados formalmente ao gestor de contrato, definindo: a localização, registro fotográfico, o tipo de dano e orçamentos para o respectivo conserto.

4.41.1 A comunicação deverá ser realizada via e-mail ou mediante ofício.

4.41.2 A comunicação deverá ocorrer no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis a contar da finalização da manobra militar.

4.41.3 Os orçamentos deverão seguir os parâmetros da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

4.42. A Cedente não se responsabiliza por sinistros, pestes ou moléstias que venham a ocorrer na área, bem como não se responsabiliza pela segurança dos semoventes.

4.43. O Cessionário se obriga a zelar e manter em ordem e em boas condições as instalações e outras benfeitorias existentes, em especial as cercas e as barragens.

4.44. Não está autorizado, em nenhuma hipótese, a supressão da vegetação nativa para formação de pastagens

4.45. O Cessionário deverá apresentar ao Gestor do Contrato, no ato do recebimento físico da área, no momento da assinatura do Termo de Responsabilidade Administrativa, a seguinte documentação:

4.45.1 Cópia da documentação pessoal de seus funcionários (identidade, CPF, documentação de veículo se possuir, carteira de trabalho e comprovante de residência, entre outros que lhe foram solicitados pelo Gestor do Contrato); e

4.45.2 Cópia do registro de marca e sinal de sua propriedade, devidamente registrada no município de localização da área.

4.46. O Cessionário deverá apresentar ao Gestor do Contrato, ao final do primeiro mês de vigência do contrato, a seguinte documentação:

4.46.1 Cópia da documentação pessoal de seus funcionários (identidade, CPF, documentação de veículo se possuir, carteira de trabalho e comprovante de residência, entre outros que lhe foram solicitados pelo Comando do 5º Batalhão de Suprimento.

4.46.2 Cópia da capa do Talão do Produtor, onde conste a Inscrição Estadual registrada no Município de localização da área;

4.46.3 A documentação citada deverá ser atualizada sempre que houver alteração ou entregue anualmente por ocasião do apostilamento ao contrato do novo pagamento de arrendamento ou da lavratura de Termos Aditivos.

4.47. À Cedente cabe o direito de inspecionar a área, vender total ou parcialmente a cobertura arbórea a terceiros e explorar economicamente, diretamente ou através de concessionários, as barragens existentes, administrando a utilização da água de maneira que melhor lhe convier.

4.48. O Cessionário não poderá criar gravames sobre o imóvel ou oferecê-lo em garantia de ônus, pessoais ou não, seus ou de terceiros

Reforma, manutenção e/ou construção de benfeitorias pelo Cessionário

- 4.49. O Cessionário deverá solicitar ao Gestor do Contrato autorização para realizar benfeitorias no Imóvel da União.
- 4.50. A solicitação deverá ser acompanhada de projetos, planilhas de custos, cronograma da atividade e justificativa para a sua realização.
- 4.51. O Gestor do Contrato apreciará a documentação apresentada pelo Cessionário e emitirá parecer em relação à necessidade da benfeitoria, após, remeterá os documentos para o Comando da 5ª Região Militar para aprovação;
- 4.52. O valor empregado na benfeitoria, uma vez reconhecida a sua necessidade pelo Cmdo 5ª RM, poderá ser abatido, total ou parcialmente, do valor devido a título de arrendamento ou de qualquer crédito que a Administração Militar tenha com o Cessionário.
- 4.53. Qualquer benfeitoria útil necessária ou voluptuária, definida na forma do Art. 96 do Código Civil, que o Cessionário construa na área, sem autorização por escrito do Comandante da 5ª Região Militar, não será indenizada e ensejará a cobrança de multa conforme previsto em Edital.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. A área objeto da presente licitação será entregue oficialmente ao licitante vencedor quando da assinatura do Contrato de Cessão de Uso sob o Regime de Arrendamento na 5ª Região Militar e, fisicamente, pelo Comandante do 5º Batalhão de Suprimento ao Cessionário ou seu representante legal, mediante lavratura do Termo de Responsabilidade Administrativa, no dia imediato após a assinatura do contrato.
- 5.2. Ao término da vigência do contrato, o Comandante do 5º Batalhão de Suprimento fará a conferência física do imóvel junto com o Cessionário ou seu representante legal, e lavrará o respectivo Termo de Devolução do Bem Imóvel, detalhando as condições que se encontra o objeto do arrendamento e suas alterações.
- 5.3. Administração Militar fará a comparação do Termo de Devolução do Imóvel com o Termo de Responsabilidade Administrativa, caso comprovado dano ao Patrimônio da União, o Comandante do 5º Batalhão de Suprimento quantificará o prejuízo e notificará o Cessionário para que apresente as suas razões de defesa ou recolha à União o valor devido.
- 5.4. Caso o contrato não seja renovado ou não haja mais condições legais de renová-lo, o Cessionário deverá desocupar o imóvel até o final da vigência do contrato.
- 5.5. Caso o imóvel não seja devolvido desocupado no final do contrato, será cobrado o valor proporcional do arrendamento, correspondente aos dias de ocupação indevida, além das sanções previstas no contrato e demais ações judiciais cabíveis.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.6. Na presente contratação, não há garantia de manutenção e assistência técnica, conforme justificativa pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. O Comandante do 5º Batalhão de Suprimento será o gestor do contrato, representando o Comando da 5ª Região Militar, podendo esse ou qualquer Agente da Administração por ele designado, inspecionar a área arrendada, inspecionar as condições das instalações, visitar a sede do arrendatário e demais benfeitorias, solicitar comprovação do Cessionário de quitação com os encargos sociais e trabalhistas dos empregados, solicitar comprovantes de aquisição de insumos aplicados na atividade pecuária, verificando a origem dos produtos e a correta destinação das embalagens vazias.

6.7. O Comandante do 5º Batalhão de Suprimento poderá realizar visitas às áreas arrendadas mesmo que não tenham sido comunicadas com antecedência ao Cessionário

6.8. O Cessionário não poderá negar-se a apresentar os documentos de origem solicitados, sob pena de rescisão contratual.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h”, de 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

Liquidação

8.1. O presente processo não está sujeito à liquidação da despesa pelo órgão cedente.

Prazo de pagamento

8.2. O presente processo não está sujeito a pagamento da despesa pelo órgão cedente.

Forma de pagamento

8.3. O presente processo não está sujeito a pagamento da despesa pelo órgão cedente.

Forma de pagamento em contrapartida pelo Cessionário

8.4. Após a homologação do presente processo, a Cedente terá o prazo de até 20 (vinte) dias úteis para apresentar ao Cessionário a forma de pagamento de forma única ou combinada entre contrapartida financeira e/ou contrapartida não financeira, conforme § 10, do artigo 18, da Lei nº 9.636/98, sendo essa última somente com autorização do Comandante da 5ª Região Militar e com intuito de preservação, conservação, modernização, promoção de acessibilidade, reaparelhamento, dentre outras, do patrimônio do Exército.

8.4.1 Este prazo poderá ser prorrogado 01 (uma) única vez por até 20 (vinte) dias úteis, mediante justificativa da Cedente.

8.4.2 Esta comunicação será realizada mediante e-mail ou mediante ofício.

8.4.3 Este documento conterá a descrição dos valores a serem pagos mediante contrapartida financeira e/ou conterá a descrição dos materiais e/ou equipamentos a serem pagos mediante contrapartida não financeira.

8.5. O pagamento ocorrerá em parcela única referente ao valor anual da cessão de uso. 8.6. A contrapartida financeira seguirá as seguintes condicionantes:

8.6.1 Para o pagamento referente ao primeiro ano do contrato, o Cessionário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para realizar o pagamento da GRU, a contar do recebimento do e-mail ou do ofício da Cedente

8.6.2 Este prazo poderá ser prorrogado 01 (uma) única vez por até 05 (cinco) dias úteis, mediante solicitação justificada do Cessionário, e mediante autorização da Cedente.

8.7. A contrapartida não financeira seguirá as seguintes condicionantes:

8.7.1 Os pagamentos que forem efetuados por contrapartida não financeira, deverão ser realizados conforme descrição dos materiais e/ou equipamentos apresentados pela Cedente.

8.7.2 Os materiais/equipamentos em contrapartida não financeira deverão ser entregues no endereço que constará no e-mail ou ofício emitido pela Cedente.

8.7.3 Para o pagamento referente ao primeiro ano do contrato, o Cessionário terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para realizar o pagamento da contrapartida não financeira, a contar do recebimento do e-mail ou do ofício da Cedente.

8.7.4 Este prazo poderá ser prorrogado 01 (uma) única vez por até 20 (vinte) dias úteis, mediante solicitação justificada do Cessionário, e mediante autorização da Cedente.

8.7.5 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, junto com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.7.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na descrição apresentada pela Cedente, devendo ser substituídos no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, a contar da notificação do Cessionário, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7.6.1. Este prazo poderá ser prorrogado 01 (uma) única vez por até 20 (vinte) dias úteis, mediante solicitação justificada do Cessionário, e mediante autorização da Cedente.

8.7.7 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.7.8 prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.7.9 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto.

8.7.10 O prazo para a solução, pelo Cessionário, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7.11 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.7.12 As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Cessionário e são condição para o recebimento do objeto

8.7.13 No presente processo poderão ser objeto de contrapartida não financeira:

8.7.13.1. Quando for estabelecida a contrapartida não financeira desta cessão de uso onerosa sob o regime de arrendamento, os bens serão delimitados entre aqueles itens constantes na tabela inicial deste Termo de Referência

8.7.13.2. Para fins de referência, serão solicitados bens móveis que estejam previstos na cadeia de suprimento do Exército Brasileiro, ou que por ele costumam ser licitados ou adquiridos, adequando-se às normas vigentes dos itens e padronizações existentes.

8.7.13.3. A solicitação de compra dos bens móveis deverá ser acompanhada de justificativa da necessidade da cedente, de indicação da quantidade, qualidade, padrão, fabricante e/ou especificação técnica do(s) produto(s), valores, de prazo de entrega.

8.7.13.4. A outorgante cedente priorizará os produtos que contenham critérios de sustentabilidade no seu ciclo de vida, com preferência na não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

8.7.14 No presente processo não poderão ser objeto de contrapartida não financeira:

8.7.14.1. Prestação de serviços comuns, ou obras e serviços comuns nem especiais de engenharia.

8.8. Para os demais pagamentos, referentes aos anos subsequentes, após o cálculo do reajuste do valor a ser pago do ano, a Cedente apresentará ao Cessionário a solicitação de compra dos bens móveis.

Antecipação de pagamento

8.9. Na presente contratação, não há antecipação de pagamento, tendo em vista que não há sua necessidade para viabilizar a execução do objeto.

Cessão de Crédito

8.10. Na presente contratação, não há cessão de crédito, tendo em vista que não há sua necessidade para viabilizar a execução do objeto.

Reajuste

8.11. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de divulgação do presente processo, baseado no Indicador da Soja do CEPEA/ESALQ - Paraná.

8.12. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice baseado no Indicador da Soja do CEPEA/ESALQ - Paraná, com 07 (sete) dias corridos de antecedência da renovação contratual, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.13. Após o interregno de 05 (cinco) anos, ou seja, no primeiro termo aditivo, haverá uma reavaliação da vantajosidade econômica do valor praticado mediante elaboração de um novo Laudo de Avaliação.

8.14. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.15. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.16. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.17. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.18. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.19. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR VALOR OFERTADO**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos ou contenham vícios insanáveis.

9.4. As propostas serão classificadas em ordem decrescente de preços propostos.

9.5. Será desclassificada a proposta com valor inferior ao fixado no Edital, admitindo-se, somente, proposta com valor igual ou superior ao fixado.

9.6. Vencerá a disputa o licitante que oferecer a maior oferta para o imóvel indicado.

9.7. No caso de divergência de valores entre o valor tomado por referência do cálculo da sc de soja ao ano, a Comissão de Licitação considerará como lance final ofertado o valor total, expresso em reais e por extenso, independentemente dos demais cálculos, desde que esteja de acordo com a quantidade mínima das sacas de soja ao ano.

9.8. A formação do valor mínimo a ser aceito na licitação, para o primeiro ano de contrato, para fins de exploração agrícola, baseou-se no preço médio da saca de soja, no valor de R\$ 127,81 (cento e vinte e sete reais e oitenta e um centavos) por saca, divulgado pela CEPEA/ESALQ (Paraná), através do endereço: <https://www.cepea.org.br/br/indicador/soja.aspx>, no período do dia 30 de dezembro de 2025 a 21 de janeiro de 2026, sendo o lance mínimo anual de R\$ 1.622.831,69 (um milhão seiscentos e vinte e dois mil oitocentos e trinta e um reais e sessenta e nove centavos) correspondentes a 12.697,22 (doze mil, seiscentas e noventa e sete vírgula vinte e duas) sacas de soja ao ano, multiplicados pelo valor da saca referenciado acima.

9.8.1 O valor mínimo de referência para o arrendamento foi definido com base no Laudo de Avaliação nº 001 /2025 - 4º GPT E, elaborado em conformidade com os critérios técnicos estabelecidos na IN SPU/MGI nº 98 de 06 de março de 2025, assegurando a adequada estimativa de mercado para fins de cessão onerosa de imóvel rural da União.

Exigências de habilitação

9.9. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.10. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.11. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.12. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.13. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.14. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.15. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.16. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.17. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.18. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.19. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.20. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.21. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.22. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.23. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.24. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.25. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.26. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.27. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.28. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.29. Na presente contratação, está totalmente dispensada a qualificação econômico-financeira, conforme justificativa pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Qualificação Técnica

9.30. Comprovação que possui um profissional técnico para o exercício de atividade que envolva produção, comercialização ou aplicação de agrotóxicos e afins: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal ou do Município, nos termos do artigo 4º da Lei nº 7.802, de 1989, e artigos 1º, inciso XLI, e 37 a 42, do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação e normatização correlata.

9.31. Declaração de que tomou conhecimento do local por ocasião da vistoria ou declaração de que não realizou a vistoria e que possui pleno conhecimento do local.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação

serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de

capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor de referência para apresentação do maior lance é aquele previsto na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. O presente processo não apresenta despesas para a União, pois se trata de contrato de receita.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar.

Curitiba/PR, na data da assinatura eletrônica.

13. ANEXO I

Não se aplica

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA


Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .


(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis


Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **GUILHERME LOSCHI DE OLIVEIRA BRANDAO**
Data: 19/05/2026 10:55:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GUILHERME LOSCHI DE OLIVEIRA BRANDAO
Presidente da Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente
 **BRUNO COSTA NASCIMENTO**
Data: 18/05/2026 14:13:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

BRUNO COSTA NASCIMENTO
Membro da Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO COSTA FERREIRA**
Data: 18/05/2026 18:18:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RODRIGO COSTA FERREIRA
Membro da Equipe de Planejamento



Assinado de forma digital
por HENRIQUE
HARTMANN
LEITE:10868081930
Dados: 2026.05.18
14:53:03 -03'00'

HENRIQUE HARTMANN LEITE

Membro da Equipe de Planejamento



Assinado de forma
digital por ESTEVAN
ROGERIO FERREIRA
DE
BORBA:00016787013
Dados: 2026.05.19
15:57:23 -03'00'

ESTEVAN ROGERIO FERREIRA DE BORBA

Ordenador de Despesas do 5º Batalhão de Suprimento

5. BATALHAO DE SUPRIMENTO

Estudo Técnico Preliminar 2/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 64154.004909/2025-22

2. Objeto

O presente instrumento tem por finalidade a concessão de uso, sob a forma de arrendamento, de parcela de imóvel rural da União Federal jurisdicionado ao Exército Brasileiro, localizado na Fazenda Baronesa (cadastro PN PR-05 0118), no município de Palmeira-PR. A concessão para a exploração agrícola dar-se-á mediante processo licitatório, com a realização de contrapartida não financeira e visando o cumprimento da função social do imóvel, conforme as normas de utilização do patrimônio imobiliário sob jurisdição do Comando do Exército.

3. Descrição da necessidade

A Administração Pública, pautada pelos princípios constitucionais da eficiência e da economicidade, identifica a necessidade de promover a adequada destinação e a otimização do aproveitamento de parcelas da área rural integrante da Fazenda Baronesa. Referido imóvel, sob jurisdição da 5ª Região Militar e sede da 2ª Companhia de Suprimentos do 5º Batalhão de Suprimento, possui extensões territoriais que, no presente cenário, transcendem as necessidades imediatas de emprego nas atividades finalísticas desta Organização Militar.

Constata-se que a manutenção de glebas remanescentes em estado de ociosidade acarreta um ônus passivo à Administração. Tal custo manifesta-se de forma indireta, por meio da necessidade de vigilância patrimonial contínua, da prevenção de invasões, do combate a focos de incêndio e da manutenção mínima de aceiros e cercas, sem que o imóvel cumpra, em sua plenitude, a função social e produtiva preconizada pelo ordenamento jurídico vigente.

Diante do diagnóstico de subutilização de frações do imóvel, revela-se imperativo o estabelecimento de uma solução administrativa que concilie a preservação do patrimônio da União com a geração de benefícios institucionais. Nesse sentido, o instituto do arrendamento oneroso, a ser instrumentalizado mediante certame licitatório, apresenta-se como a via tecnicamente mais adequada para assegurar a conservação, a valorização e a utilização racional do bem público.

A adoção do modelo de arrendamento mediante contrapartida não financeira justifica-se pela oportunidade de converter o potencial produtivo da terra em melhorias diretas na infraestrutura e na conservação do próprio imóvel. Tal modalidade permite que a exploração agrícola, conduzida por particulares sob estrita regulação e fiscalização do Exército Brasileiro, absorva os encargos de manutenção que atualmente onerariam o orçamento da União.

O objeto da presente contratação visa, primordialmente, ao alcance de benefícios multidimensionais para o Exército Brasileiro. Entre eles, destacam-se a recuperação e a conservação das qualidades agronômicas do solo, o controle de pragas e de vegetação invasora, além da manutenção contínua das divisas e vias de acesso da fazenda. Tais ações garantem que o patrimônio imobiliário permaneça em estado de prontidão para eventuais futuras expansões das atividades militares, mantendo-se, simultaneamente, produtivo e preservado.

Conclui-se, portanto, que a formalização deste arrendamento converge com o interesse público, na medida em que desonera o erário de custos de manutenção, assegura o cumprimento da função social da propriedade e promove a integração harmônica entre as necessidades da Força Terrestre e o desenvolvimento sustentável da região onde o imóvel está inserido. Ressalte-se, por fim, que a referida exploração por terceiros ocorrerá em regime estrito, de modo a não interferir, em qualquer hipótese, na segurança das instalações, na rotina administrativa ou na capacidade operacional da subunidade alocada na Fazenda Baronesa.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
2ª Cia Suprimento	Bruno Costa Nascimento

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

DAS CONDIÇÕES DE ARRENDAMENTO

Parcela do imóvel denominado **FAZENDA BARONESA**, sob o NOCAD PN PR 05-0118, situado na estrada de terra batida de ligação com a rodovia BR-277 (km 174), s/n.º, Palmeira/PR, com área útil para cultivo de 638,0512 ha.

a. Das especificações do arrendamento do Imóvel PN PR 05-0118:

- **Objeto:** Arrendamento agrícola.
- **Valor mínimo de oferta:** 12.697,22 sc (sacas) de soja/ano.
- **Preço de referência da saca de soja:** R\$ 127,81 (cento e vinte e sete reais e oitenta e um centavos), com base no valor médio da cotação do CEPEA/ESALQ no período de 30/12/2025 a 21/01/2026, através do endereço: <https://www.cepea.org.br/br/indicador/soja.aspx>.
 - O valor em Reais (R\$), indicado acima, possui caráter meramente estimativo para fins de instrução processual. O montante exato a ser pago será definido no momento da assinatura do contrato (ou das datas de vencimento das parcelas, conforme o caso), mediante a conversão da quantidade de sacas de soja pelo preço médio divulgado pelo CEPEA/ESALQ vigente na respectiva data.

b. Assinatura do Contrato:

No ato da assinatura do contrato, o proponente vencedor deverá apresentar a Nota Fiscal, o contrato de aquisição ou documento equivalente que comprove que os bens móveis propostos como contrapartida foram efetivamente adquiridos pelo arrendatário, em valor correspondente à parcela da proposta apresentada.

Considerando que o valor final da contrapartida será calculado com base na cotação da saca de soja na data de assinatura do contrato, caso este montante supere o valor referencial dos bens adquiridos, o arrendatário deverá recolher a diferença em favor da União por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

Como garantia das obrigações assumidas, a adjudicatária, no ato da assinatura do termo de contrato, prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato. Referida garantia será liberada após o término da vigência contratual, exceto se houver motivo justificado para sua retenção. - Art. 96 e seguintes da Lei 14.133/21.

Caso o valor da garantia seja utilizado, total ou parcialmente, para o pagamento de qualquer obrigação, a adjudicatária obriga-se a realizar a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação.

Os valores da garantia deverão ser atualizados por ocasião da aplicação dos reajustes anuais do contrato.

c. Duração do Arrendamento:

O prazo contratual será de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por períodos iguais ou inferiores, desde que o prazo total acumulado não ultrapasse o limite máximo de 20 (vinte) anos, conforme o interesse da **Unidade Gestora (UG)** e mediante previsão no respectivo instrumento convocatório.

Justificativa do Prazo: O estabelecimento de um cronograma de médio a longo prazo justifica-se pela atual condição da área. Diante da existência de vegetação arbórea de pequeno porte e do longo período sem manutenção, o imóvel exige serviços preliminares de limpeza, destoca e correção profunda do solo. Tais intervenções demandam alto investimento inicial e um período de maturação técnica para que a terra atinja sua plena capacidade produtiva, sendo necessário um prazo contratual estendido para viabilizar a amortização dos custos e garantir a atratividade do certame.

É condição indispensável para as prorrogações a adimplência integral do arrendatário em relação às suas obrigações, salvo nos casos em que houver motivos que, comprovadamente e sob análise da Administração, justifiquem o descumprimento temporário ou a excepcionalidade.

d. Uso da Terra e Critérios de Sustentabilidade:

Todas as ações desenvolvidas no imóvel, relacionadas ao uso e exploração do solo, deverão observar rigorosamente o Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012). É responsabilidade do arrendatário (outorgado) notificar imediatamente a Administração Militar sobre quaisquer problemas ambientais detectados na área, bem como adotar todas as medidas preventivas e mitigadoras necessárias à conservação do meio ambiente.

O arrendatário poderá utilizar técnicas de melhoramento da área, tais como a roçada mecânica e a implantação de forrageiras de inverno em sobressemeadura sobre o campo nativo, sem o revolvimento do solo. Para tanto, deverá apresentar projeto técnico antecipado ao Ordenador de Despesas do Comando do 5º Batalhão de Suprimento, para fins de apreciação e posterior aprovação pelo Comando da 5ª Região Militar (5ª RM). O projeto deverá detalhar as técnicas de plantio e os insumos a serem utilizados, sendo obrigatoriamente acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

É de inteira responsabilidade do arrendatário o pagamento de multas e a reparação de danos decorrentes de impactos ambientais causados pelas atividades desenvolvidas sob sua gestão na vigência do contrato.

A União (arrendadora), por intermédio da Administração Militar, reserva-se o direito de inspecionar a área a qualquer tempo, sem necessidade de aviso prévio, para fiscalizar o cumprimento das normas ambientais e contratuais.

e. Condições de Entrega e Devolução do Objeto da Licitação:

A área objeto da presente licitação será entregue oficialmente ao licitante vencedor no ato da assinatura do Contrato de Arrendamento. A entrega física será realizada pelo Ordenador de Despesas do 5º Batalhão de Suprimento ao arrendatário (outorgado) ou seu representante legal, mediante a lavratura do Termo de Responsabilidade Administrativa, no dia útil subsequente à assinatura do instrumento contratual.

Ao término do contrato, o Ordenador de Despesas do 5º Batalhão de Suprimento realizará a conferência física do imóvel em conjunto com o arrendatário ou seu representante legal. Na ocasião, será lavrado o Termo de Devolução do Bem, detalhando as condições de conservação do imóvel e eventuais alterações ocorridas durante o período de ocupação.

A Administração Militar procederá à comparação entre o Termo de Devolução e o Termo de Responsabilidade Administrativa inicial. Caso seja comprovado dano ao patrimônio da União, o Ordenador de Despesas quantificará o prejuízo e notificará o arrendatário para que apresente defesa ou recolha aos cofres da União o valor devido.

Na hipótese de não renovação contratual ou inexistência de condições legais para a prorrogação, o arrendatário deverá desocupar o imóvel até o último dia de vigência do contrato, entregando-o livre de pessoas e coisas.

Caso o imóvel não seja devolvido desocupado ao término da vigência, será cobrado valor proporcional ao arrendamento pelos dias de ocupação indevida, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais e das medidas judiciais cabíveis, incluindo a reintegração de posse.

A arrendadora (outorgante) poderá rescindir o contrato de pleno direito, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso o arrendatário infrinja obrigação legal ou descumpra cláusula contratual. Além disso, a União poderá retomar o imóvel a qualquer tempo por necessidade do serviço público, mediante notificação prévia ao arrendatário com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

f. Condições Gerais de Arrendamento:

Fica ressalvado o direito de uso, pelo Exército Brasileiro, de toda a área arrendada — inclusive barragens e bosques — para fins de instrução da tropa e demais operações militares que se fizerem necessárias. Para tanto, será emitido aviso prévio de 05 (cinco) dias úteis, prazo no qual a área deverá ser liberada pelo arrendatário (outorgado) até a conclusão do respectivo exercício militar.

A utilização das fontes de água existentes no imóvel ficará a cargo da Administração Militar, que poderá empregá-las em atividades operacionais a qualquer tempo e na quantidade necessária, inclusive para suprimento de água potável, preparo de alimentos, higiene da tropa acampada, lavagem de viaturas e demais utensílios.

Durante o emprego da área por tropas militares, as porteiras e demais passagens existentes no imóvel deverão permanecer acessíveis, permitindo o livre deslocamento do efetivo em treinamento e de todo o material empregado.

A cultura de subsistência poderá ser autorizada mediante solicitação formal do arrendatário, desde que não represente obstáculo ao deslocamento de tropas a pé, motorizadas, mecanizadas ou blindadas.

A presença, na área arrendada, de animais com marca ou sinal distintos dos declarados pelo arrendatário, sem a prévia autorização do Ordenador de Despesas do 5º Batalhão de Suprimento, caracterizará inexecução contratual. Diante de tal irregularidade, a Administração Militar poderá recolher os semoventes para averiguação e providências perante os órgãos competentes, notificando o arrendatário para apresentar justificativa, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas em contrato.

Casos omissos ou duvidosos decorrentes deste Contrato de Arrendamento serão resolvidos pelo Comando da 5ª Região Militar (5ª RM). Os direitos e obrigações aqui mencionados não excluem outros, explícita ou implicitamente decorrentes do ajuste e da legislação pertinente, especialmente no que tange à rigorosa observância das leis de preservação ambiental.

Toda e qualquer alteração ao presente contrato deverá ser formalizada mediante a celebração de Termo Aditivo, sendo vedada a alteração do objeto, bem como modificações na destinação ou utilização da área.

g. Reforma, Manutenção e/ou Construção de Benfeitorias pelo Arrendatário:

O arrendatário poderá solicitar ao Ordenador de Despesas do 5º Batalhão de Suprimento autorização para realizar benfeitorias no imóvel arrendado. O pedido deverá ser instruído com projetos técnicos, planilhas de custos, cronograma de execução e justificativa para a sua realização.

O Ordenador de Despesas do 5º Batalhão de Suprimento apreciará a documentação e emitirá parecer técnico quanto à necessidade e oportunidade da benfeitoria, encaminhando o processo para aprovação definitiva do Comando da 5ª Região Militar (5ª RM).

O valor investido na benfeitoria, uma vez reconhecida a sua utilidade e aprovada a sua execução pelo Comando da 5ª RM, poderá ser abatido, total ou parcialmente, do valor devido a título de arrendamento ou de qualquer outro crédito que a Administração Militar possua junto ao arrendatário.

Despesas diretas ligadas à atividade agropecuária — tais como correção de solo, aquisição de adubos, calcário, implantação de pastagens e demais insumos e investimentos operacionais — não serão objeto de compensação ou abatimento.

Nenhuma benfeitoria será compensada sem a prévia e expressa autorização formal. A realização de obras ou melhorias sem autorização ensejará descumprimento contratual, sujeitando o arrendatário à aplicação de multa e à rescisão do contrato, sem direito a indenização pelas benfeitorias não autorizadas.

h. Fiscalização do Contrato:

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução contratual para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, VI).

O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 1º, e Decreto nº 11.246/2022, art. 22, II).

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para o saneamento (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, I).

O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que este adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, V).

O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246/2022, art. 22, VII).

O **fiscal administrativo** do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246/2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para as providências cabíveis quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246/2022, art. 23, IV).

O **gestor do contrato** coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento — a exemplo do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais —, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento da finalidade da Administração (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais sobre todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada e anotará eventuais problemas que obstem o fluxo normal da execução no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho baseado nos indicadores definidos e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente competente, conforme o caso (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de encerramento ou cobrança, nos termos dimensionados pela fiscalização.

Além disso, sem prejuízo do disposto anteriormente, a contratação deverá observar os seguintes requisitos:

- Observância integral à Lei nº 14.133/2021 e às demais normas aplicáveis à gestão e ao uso oneroso de bens imóveis da União;
- Realização de procedimento licitatório que assegure a isonomia, a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;
- Manutenção da titularidade do imóvel pela União, sendo vedada qualquer forma de alienação, subarrendamento ou cessão não autorizada;
- Exploração agrícola compatível com a vocação da área, respeitando-se as normas ambientais, agrárias e de conservação do solo;
- Previsão de contrapartida não financeira mensurável e verificável, conforme critérios estabelecidos no edital e no contrato;
- Preservação da disponibilidade do imóvel para eventual necessidade futura da Administração, mediante inclusão de cláusulas resolutivas e de reversibilidade;
- Cumprimento das condições estabelecidas no laudo de avaliação e nas diretrizes constantes do DIEEx nº 3232-SPIMA/5, de 21 de maio de 2025;
- Existência de cláusula irrefutável que assegure o direito de uso pelo Comando do Exército para a realização de atividades militares.

6. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi instrumentalizado por meio do Laudo de Avaliação nº 01/2025, elaborado pelo 4º Grupamento de Engenharia (4º Gpt E), datado de 20 de fevereiro de 2025. O referido documento apresenta a avaliação técnica do imóvel para fins de arrendamento destinado à exploração agrícola.

O trabalho técnico de avaliação foi desenvolvido em estrita conformidade com a legislação e as normas técnicas vigentes:

- **NBR 14.653-1:2019** – Avaliação de Bens – Parte 1: Procedimentos Gerais;
- **NBR 14.653-3:2019** – Avaliação de Bens – Parte 3: Imóveis Rurais;
- **IN SPU/ME nº 67**, de 20 de setembro de 2022.

O valor mínimo de mercado indicado no laudo para o arrendamento da área é de 12.697,22 sc (sacas) de soja/ano (doze mil, seiscentas e noventa e sete vírgula vinte e duas sacas de soja ao ano).

Para fins de abertura do procedimento licitatório, adota-se o valor mínimo de oferta determinado no referido Laudo de Avaliação como referência inicial para o certame.

O valor financeiro (em Reais) da saca de soja no momento da assinatura do contrato deverá refletir o preço praticado no mercado na data da formalização do ajuste. A cotação será verificada por meio do indicador CEPEA/ESALQ (Paraná), fonte de reconhecida idoneidade e ampla divulgação.

7. Descrição da solução como um todo

A solução consiste no arrendamento agrícola oneroso de uma parcela de 638,0512 ha na Fazenda Baronesa, mediante a modalidade de contrapartida não financeira. O objetivo é converter o potencial produtivo do imóvel em benefícios diretos para a Administração Militar, sem a necessidade de aporte orçamentário da União para a manutenção da área.

A solução abrange:

1. **Exploração Agrícola e Recuperação da Área:** O arrendatário assumirá o encargo de realizar a limpeza, destoca e recuperação do solo, revertendo o atual estado de ociosidade da gleba.
2. **Remuneração via Contrapartida In Natura:** O pagamento pelo uso da terra será realizado integralmente por meio da entrega de bens móveis, equipamentos ou materiais, conforme as necessidades prioritárias estabelecidas pelo 5º Batalhão de Suprimento e detalhadas no instrumento convocatório.
3. **Mensuração pelo Indicador Soja:** O valor da contrapartida será fixado em quantidade de sacas de soja (indicador CEPEA/ESALQ), garantindo o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste frente à inflação e às variações de mercado.
4. **Fiscalização e Entrega:** A Administração acompanhará a entrega dos bens propostos na contrapartida, que deverão ser novos e acompanhar Nota Fiscal, garantindo a incorporação imediata ao patrimônio da União.
5. **Prioridade Militar:** A solução preserva a natureza militar do imóvel, garantindo o uso da área para exercícios e instruções da tropa sempre que necessário.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade a ser solicitada será de 01 (um) arrendamento, visto se tratar de apenas um imóvel.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.622.831,69

O Laudo de Avaliação estabeleceu o valor mínimo do arrendamento em 12.697,22 sacas de soja por ano, unidade usualmente adotada em arrendamentos rurais para fins de exploração agrícola. Dessa forma, procedeu-se à conversão do referido montante para reais (R\$), exclusivamente para fins de cadastramento no sistema.

Para a conversão, adotou-se como referência o preço médio da saca de soja divulgado pelo CEPEA/ESALQ, no período de 30/12/2025 a 21/01/2026, no valor de R\$ 127,81 por saca, conforme a seguinte fórmula:

Valor mínimo anual (R\$) = $12.697,22 \times 127,81$ = R\$ 1.622.831,69

Considerando o prazo estimado de 5 (cinco) anos, obteve-se o valor total estimado:

Valor mínimo total estimado (R\$) = $1.622.831,69 \times 5$ = R\$ 8.114.158,45

Ressalta-se que os valores registrados em reais possuem caráter meramente estimativo, não substituindo o critério econômico definido no Laudo de Avaliação, permanecendo o parâmetro vinculante do arrendamento fixado em sacas de soja, conforme será previsto no edital e no contrato.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Tendo em vista que o arrendamento de contrapartida não financeira será para aquisição de bens móveis para serem utilizados pelo 5º Batalhão de Suprimento, não há necessidade de parcelamento da solução.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente licitação está prevista no Plano Anual de Contratações da Unidade.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O arrendamento do imóvel de domínio da União, tem como finalidade a exploração agropecuária para proporcionar o uso social e econômico da terra, além de realizar a manutenção no imóvel da União e proporcionar contrapartidas não financeiras, como a aquisição de bens móveis.

14. Providências a serem Adotadas

Havendo qualquer necessidade, ficará a cargo da ARRENDATÁRIA.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Os arrendatários poderão utilizar as porções de terras licitadas exclusivamente para os fins especificados neste instrumento, devendo observar rigorosamente a legislação vigente. O cultivo da lavoura deve obedecer integralmente às normas de uso sustentável do meio ambiente, adotando-se práticas conservacionistas de manejo do solo.

Todas as ações desenvolvidas deverão estar condicionadas ao Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012). É responsabilidade do arrendatário notificar a Administração Militar sobre quaisquer passivos ou problemas ecológicos detectados na área arrendada, bem como adotar as medidas preventivas e mitigadoras necessárias à conservação do meio ambiente.

É terminantemente proibido o corte de mata nativa, a exploração inadequada do solo, a degradação de nascentes e quaisquer outras atividades que comprometam o equilíbrio ecológico ou causem prejuízos à fauna e flora locais.

O uso de agrotóxicos e afins deverá observar estritamente o disposto na Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023 (Nova Lei de Agrotóxicos), no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e nas demais normas ambientais e sanitárias vigentes.

16. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Face ao estudo preliminar realizado, conclui-se com base nos elementos supracitados que eventual contratação do objeto do presente planejamento é viável e adequada para o fim a que se destina.


17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **GUILHERME LOSCHI DE OLIVEIRA BRANDAO**
Data: 19/05/2026 10:55:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


GUILHERME LOSCHI DE OLIVEIRA BRANDAO

Presidente da Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente
 **BRUNO COSTA NASCIMENTO**
Data: 18/05/2026 14:12:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

BRUNO COSTA NASCIMENTO

Membro da Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO COSTA FERREIRA**
Data: 18/05/2026 18:18:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RODRIGO COSTA FERREIRA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinado de forma digital por HENRIQUE HARTMANN
LEITE:10868081930
Dados: 2026.05.18 14:55:56 -03'00'

HENRIQUE HARTMANN LEITE

Membro da Equipe de Planejamento

Assinado de forma digital por ESTEVAN ROGERIO FERREIRA DE BORBA:00016787013
Dados: 2026.05.19 15:59:02 -03'00'

ESTEVAN ROGERIO FERREIRA DE BORBA

Ordenador de Despesas do 5º Batalhão de Suprimento

5. BATALHAO DE SUPRIMENTO

Contrato 8/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	160222-5. BATALHAO DE SUPRIMENTO	BRUNO COSTA NASCIMENTO	13/03/2026 11:33 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos/Concessão de uso de bens públicos	100/2026	64154.004909/2025-22

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

CONTRATO DE ARRENDAMENTO nº __/__, que entre si fazem a UNIÃO FEDERAL, como arrendadora, representada neste ato pelo COMANDO DO EXÉRCITO, por intermédio da 105ª Região Militar, e o Sr. NOME COMPLETO E POR EXTENSO, como arrendatário, de benfeitoria existente em imóvel localizado no município de Palmeira /PR.

A União, por intermédio do Comando da 5ª Região Militar com sede na Rua 31 de Março, s/n - Pinheirinho, Curitiba - PR, CEP 81150-900, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.552.692/0001-55 neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado OUTORGANTE CEDENTE, e o(a) OUTORGANTE CESSIONÁRIO, inscrito(a) no CPF/CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado OUTORGANTE CESSIONÁRIO Sr.[nome] neste ato representado(a) por [nome e função], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 64154.004909/2025-22 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, do Decreto-Lei nº 9.760/1946 (dispõe sobre os bens imóveis da União), da Lei nº 9.636/1998 (dispõe sobre bens da União), da Lei nº 4.617/1965 (cria Fundo do Exército), Decreto-Lei nº 1.310 /1974 (regulamenta o Fundo do Exército), do Decreto nº 77.095/1976 (autoriza Comando do Exército a arrendar imóveis sob sua jurisdição), da Portaria – C Ex nº 1.041/2020 (aprova Instruções Gerais para utilização do Patrimônio Imobiliário da União jurisdicionado ao Comando do Exército), da Instrução Normativa SEGESMPDG nº 03, de 26 de abril de 2018 (estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF); da Portaria nº 089-SEF/ C Ex, de 19 de outubro de 2020 (normas para a Administração das receitas geradas pelas Unidades Gestoras do Comando do Exército), Portaria - DEC/C Ex Nº 200, de 3 de dezembro de 2020 (Instruções Reguladoras para utilização do Patrimônio Imobiliário da União, administrados pelo Comando do Exército), Portaria – DEC/C Ex nº 42, de 2022, Portaria – DEC/C Ex Nº 046, de 31 de março de 2022 e todas as suas alterações, e ainda, pelas cláusulas e condições a seguir dispostas, resolvem celebrar o presente, Contrato de Cessão de Uso Onerosa Sob o Regime de Arrendamento de parte do Próprio Nacional cadastrado no Ministério do Exército sob o PN PR 05-0118, decorrente da Concorrência nº 01/2026 – Arrendamento Fazenda Baronesa, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.1. O objeto do presente instrumento é a Cessão de Uso Onerosa Sob o Regime de Arrendamento, para fins de exploração agrícola, da área definida e descrita abaixo, sendo vedada outra destinação que não esteja prevista no edital de licitação e seus anexos.

1.2. Ao outorgado cessionário não é permitido ceder, mesmo gratuitamente, o imóvel arrendado, transferir o presente contrato, nem subarrendar, no todo ou em parte, o aludido imóvel ora arrendado para exploração agrícola, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.3. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Área em Hectares	Quantidade Ofertada (em Sacas de Soja)	Preço médio da Saca de Soja	Valor Total
1	Cessão de uso onerosa sob regime de arrendamento de imóvel da União, área rural denominada “Fazenda Baronesa”	638,0512 ha	Exploração agrícola: XX sc soja/ano	R\$ 127,81	R\$ XX,XX

1.3.1. Entende-se por quantidade ofertada (em sacas de soja) o **valor total da contratação**, obtido através da proposta vencedora na Licitação de Concorrência nº 01/2026, **dividido pelo preço médio da saca de soja**, previsto no subitem 4.1.3 do Edital.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.4.1. O Termo de Referência;
- 1.4.2. O Edital da Licitação;
- 1.4.3. A Proposta do OUTORGANTE CESSIONÁRIO;
- 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo da presente Cessão de Uso Onerosa Sob o Regime de Arrendamento é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo a Administração Militar prorrogá-lo, por Termos Aditivos, por períodos iguais ou inferiores, até o completar o prazo máximo de 20 (vinte) anos, a contar da data inicial do Contrato Principal, devendo, para isso, após avaliação de sua vantajosidade, conveniência e oportunidade, oficial o outorgado cessionário para informar se tem interesse ou não na prorrogação.

2.2. O manifesto interesse de prorrogação deverá ser dirigido ao Comandante do 5º Batalhão de Suprimento, 60 (sessenta) dias antes do término do contrato, que emitirá parecer sobre a conveniência da renovação contratual e o encaminhará ao Comando da 5ª Região Militar, para fins de apreciação.

2.3. A não manifestação no prazo estipulado acima subentende a falta de interesse do outorgado cessionário em renovar o contrato, podendo, a Administração Militar, iniciar novo processo licitatório para a área.

2.3.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os valores permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o OUTORGANTE CESSIONÁRIO.

2.4. O OUTORGANTE CESSIONÁRIO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O outorgado cessionário, por ocasião da assinatura deste contrato, comprova o pagamento no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a 100% (cem por cento) do valor da proposta anual, referente ao 1º (primeiro) ano de contrato, mediante a apresentação de notas fiscais de compras dos bens móveis de interesse da União, especificados no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5.2. Os pagamentos serão sempre anuais e antecipados.

5.3. O valor correspondente a Cessão de Uso Onerosa Sob o Regime de Arrendamento para os próximos anos de contrato corresponderá à quantidade de _____ sacas de soja, multiplicado pelo valor do preço médio da saca de soja, fixada pelo CEPEA/ESALQ - PARANÁ, divulgado na semana imediatamente anterior ao pagamento do próximo ano ou da assinatura do Termo Aditivo para prorrogação de prazo contratual.

5.4. Ao final de cada ano, a contar da data de assinatura do Contrato, o preço da cessão de uso onerosa sob o regime de arrendamento deverá ser reajustado automaticamente, independentemente de qualquer notificação ou aviso, sendo calculado pela correção das cotações dos preços publicados pelo CEPEA/ESALQ - PARANÁ, no mês imediatamente anterior à obrigação dos pagamentos respectivos.

5.5. Em casos de possíveis prorrogações, o procedimento a ser aplicado obedecerá ao mesmo modelo adotado, devendo haver a entrega das notas fiscais dos bens móveis determinados pela outorgante cedente até a data das assinaturas dos eventuais Termos Aditivos.

5.6. Os cálculos para aplicação dos reajustes serão feitos pela aplicação da tabela publicada pelo CEPEA/ESALQ - PARANÁ para o preço médio da saca de soja no mês anterior à obrigação, multiplicados pela quantidade ofertada (em sacas de soja) - definida e fixada no subitem 1.3, conforme previsto no Edital, ofertada pelo licitante vencedor.

5.7. O vencimento das parcelas devidas, relativas aos anos subsequentes, e os Termos Aditivos terão como base o dia e mês fixado na assinatura deste instrumento.

5.8. Para os demais pagamentos, referentes aos anos subsequentes, após o cálculo do reajuste do valor a ser pago do ano, a outorgante cedente apresentará ao outorgado cessionário a solicitação de compra dos bens móveis.

5.9. O presente contrato não estabelece contrapartida em construção, reforma ou prestação de serviços de engenharia em imóveis da União.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O OUTORGADO CESSIONÁRIO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.3. O outorgado cessionário deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e, durante toda vigência, deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas.

8.4. O outorgado cessionário ainda se obriga a:

8.4.1. Servir-se do bem arrendado apenas para o uso estabelecido, conservá-lo e mantê-lo nas melhores condições de uso e, findo a Cessão de Uso Onerosa Sob o Regime de Arrendamento, a restituir o imóvel no estado em que o está recebendo neste ato.

8.4.2. Satisfazer de imediato todas as exigências dos Poderes Públicos a que der causa.

8.4.3. Cumprir todas as obrigações legais relativas a encargos fiscais, trabalhistas, sociais, previdenciários, civis e comerciais que onerem a atividade a que se propõe, eximindo o Comando do Exército de quaisquer dessas responsabilidades.

8.4.4. Não criar gravames sobre o imóvel e não oferecê-lo em garantia de ônus pessoais ou qualquer outra espécie de ônus.

8.4.5. Apresentar ao Fiscal de Contrato, no ato do recebimento físico da Fazenda, com a assinatura do Termo de Responsabilidade Administrativa, a seguinte documentação:

8.4.5.1. Cópia da documentação pessoal de seus funcionários (identidade, CPF, documentação de veículo se possuir, carteira de trabalho e comprovante de residência, entre outros que lhe forem solicitados);

8.4.5.2. Cópia do registro de marca e sinal de sua propriedade, devidamente registrada no município de localização da Fazenda;

8.4.6. Apresentar ao Fiscal de Contrato, ao final do primeiro mês de vigência do contrato, a seguinte documentação:

8.4.6.1. Cópia da capa do Talão do Produtor, na qual conste a Inscrição Estadual registrada no Município de localização da Fazenda;

8.4.7. A documentação citada deverá ser atualizada sempre que houver alteração ou entregue anualmente por ocasião do apostilamento ao contrato do novo pagamento de Cessão de Uso Onerosa Sob o Regime de Arrendamento ou da lavratura de Termos Aditivos.

8.4.8. Manter um cadastro de endereço, telefones e correio eletrônico (e-mail) válidos e atualizados, junto à Fiscalização Administrativa do 5º Batalhão de Suprimento, localizado à Avenida Silva Jardim, 110, Rebouças, Curitiba - PR, 80230-000.

8.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. A outorgante cedente obriga-se a:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo outorgado cessionário.

9.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da área arrendada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando a data ocorrida e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.1.3. Notificar o outorgado cessionário por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução contratual, fixando, se for o caso, prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

9.1.4. Informar ao outorgado cessionário quando for necessária a utilização da sua área para as tropas militares em adestramento.

9.1.5. Em casos de eventuais danos causados por manobras militares nas áreas arrendadas, o outorgado cessionário, definindo a área atingida, o tipo de dano causado e expectativa de ressarcimento, deverá comunicar à outorgante cedente, a qual fará a apuração dos fatos e responsabilidade.

9.1.6. Apurados os fatos e apontando ser de única responsabilidade da outorgante cedente, os danos causados serão ressarcidos, podendo ser proposto o abatimento dos valores devidos pela Cessão de Uso Onerosa Sob o Regime de Arrendamento no próximo ano ou a prestação dos serviços de conserto, se viável.

9.1.7. Efetuar o recebimento provisório e definitivo do objeto estipulados em contrapartida não financeira.

9.1.8. Caso os produtos não estejam em perfeitas condições ou diferente das especificações, deverá notificar o outorgado cessionário para sua substituição de imediato e demais procedimentos previstos no Edital e seus anexos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

- 13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.
- 13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 13.7.3. Das indenizações e multas.
- 13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
 - 13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. É ressalvado o direito de uso pelo Exército de toda área arrendada, inclusive barragens e bosques, para instrução da tropa e demais operações militares que se fizerem necessárias, com aviso prévio de 05 (cinco) dias úteis, prazo no qual a área deverá ser liberada pelo outorgado cessionário até o final do exercício.
- 14.2. A utilização das fontes de água existentes na Fazenda Baronesa ficará a cargo da Administração Militar, que poderá ser aplicada em atividades militares, a qualquer tempo e na quantidade que for necessária, inclusive para proporcionar água para beber, cozimento de alimentos, banho para a tropa acampada, lavagem de viaturas, roupas e demais utensílios.
- 14.3. Quando do emprego da área arrendada por tropas militares, as porteiras e outras passagens existentes no imóvel deverão estar acessíveis à passagem e deslocamento do efetivo em treinamento e do material empregado.

14.4. A cultura de subsistência poderá, mediante solicitação do outorgado cessionário, ser autorizada, a qual não poderá impedir o deslocamento de tropas a pé, motorizadas, mecanizadas ou blindadas.

14.5. Casos omissos ou duvidosos no decorrer desta Cessão de Uso Onerosa Sob o Regime de outorgado cessionário, serão verificados e resolvidos pelo Comandante do 5º Batalhão de Suprimento.

14.6. Os direitos e as obrigações aqui mencionados não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrente deste contrato e da legislação pertinente, especialmente quanto à rigorosa observância das leis de preservação ambiental.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Não se aplica.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Curitiba/PR, Seção Judiciária do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA LICITAÇÃO

19.1. A Cessão de Uso Onerosa Sob o Regime de Arrendamento do imóvel descrito na Cláusula Primeira foi devidamente precedido de Licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, por força do Edital de Concorrência nº 01 /2026, de ____/____/____, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União do dia ____/____/____, e demais Estatutos legais que assim especificam.

19.2. Integra o presente contrato administrativo, independentemente de transcrição, o Edital da Concorrência nº 01 /2026, com seus anexos, incluindo o Termo de Referência/Estudos Técnicos Preliminares e a proposta do outorgado cessionário, bem como o Ofício nº _____, de _____ (a data), de indicação dos bens móveis de contrapartida não financeira.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CONTRAPARTIDA

20.1. O outorgante cedente somente poderá solicitar bens móveis que estejam previstos na cadeia de suprimento do Exército Brasileiro, ou por ele já comprados, de diversas classes de material, adequando-se às normas vigentes dos itens e à padronização existente.

20.2. A solicitação de compra dos bens móveis deverá ser acompanhada de justificativa da necessidade, de indicação da quantidade, qualidade, padrão, fabricante e/ou especificação técnica do(s) produto(s), de pesquisa atualizada de preços, de prazo compatível para compra do outorgado cessionário, e de determinação e autorização do Comandante do 5º Batalhão de Suprimento.

20.3. Após ocorrer o certame, tendo sido vencida a proposta de maior lance, a outorgante cedente, por intermédio do Comandante do 5º Batalhão de Suprimento deverá apresentar ao vencedor, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a homologação do vencedor no Diário Oficial da União, a solicitação supracitada.

20.4. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de até 30 (trinta) dias, contados da formalização do instrumento contratual. Caso não seja possível a entrega na data avançada, por motivo justificado, o outorgado cessionário deverá comunicar as razões para que o pleito de prorrogação seja analisado pela outorgante cedente.

20.5. A outorgante cedente priorizará os produtos que contenham critérios de sustentabilidade no seu ciclo de vida, com preferência na não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

20.6. Os bens móveis deverão ser entregues preferencialmente no endereço do 5º Batalhão de Suprimento, ou noutro local indicado pela outorgante cedente, e serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e/ou comissão formada para tal, para verificação de sua conformidade com as especificações constantes na solicitação de compra.

20.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes na solicitação de compra, devendo ser substituídos no prazo de imediato, a contar da notificação da outorgante cedente, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

20.8. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

20.9. Eventual saldo não adimplido por meio de contrapartida não financeira deverá ser recolhido ao Fundo do Exército, por meio de GRU, sem prejuízo de eventual sanção por descumprimento no caso de o outorgado cessionário não entregar algum bem móvel solicitado pela Administração.

20.10. Os bens recebidos como pagamento na forma de contrapartida não financeira, serão em benefício do 5º Batalhão de Suprimento, a critério do Comandante da 5ª Região Militar.

8.11. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8.12. Se houver divergência entre os valores apresentados pela CONTRATADA e os levantados pela Comissão Especial, ou se algum dos apartamentos for considerado incompatível com as especificações, a CONTRATADA deverá apresentar nova proposta com a substituição do(s) apartamento(s) não aceitos e o Contrato será alterado com as novas informações (valores e/ou dados dos apartamentos).

21. CL VIGÉSIMA PRIMEIRA - TAXAS E IMPOSTOS

21.1. O outorgado cessionário pagará, além das contrapartidas estipuladas na Cláusulas Quinta, as taxas de consumo de água, de saneamento, de energia elétrica, de gás, de telefone e/ou internet, de serviços municipais, e quaisquer outras taxas ou ônus fiscais que venham a incidir sobre o imóvel, cuja cobrança seja permitida por Lei.

22. CONDIÇÕES DE ENTREGA E DEVOLUÇÃO DO BEM

22.1. A área objeto da presente Licitação será entregue oficialmente ao outorgado cessionário, com imissão na posse precária, pelo Comandante do 5º Batalhão de Suprimento, após a assinatura do Contrato de Cessão de Uso Onerosa Sob o Regime de Arrendamento, da vistoria e mediante a assinatura do Termo de Responsabilidade Administrativa, onde constam as condições em que se encontra o imóvel.

22.2. Ao término do contrato, o Comandante do 5º Batalhão de Suprimento fará a conferência física do imóvel, junto com o outorgado cessionário ou seu Representante Legal, e será lavrado o Termo de Devolução do Bem, detalhando as condições em que se encontra o imóvel arrendado, inclusive as alterações porventura existentes.

22.3. A Administração Militar fará a comparação do Termo de Devolução do Bem com o Termo de Responsabilidade Administrativa, comprovado o dano ao Patrimônio da União, o Comandante do 5º Batalhão de Suprimento quantificará o prejuízo e notificará o outorgado cessionário para que apresente as suas razões de defesa ou recolha à União o valor devido.

22.4. Caso o contrato não seja renovado ou não haja mais condições legais de renová-lo, o outorgado cessionário deverá desocupar o imóvel até o final da vigência deste contrato, entregando-o desocupado.

22.5. A outorgante cedente poderá dar findo, de pleno direito, este contrato, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, se o outorgado cessionário infringir obrigação legal ou descumprir qualquer cláusula ou condição do presente contrato, emitindo-se na posse sumariamente, ou, ainda, a qualquer tempo, quando o imóvel for necessário ao serviço público, devendo haver, neste último caso, notificação ao outorgado cessionário para restituir o imóvel em 90 (noventa) dias.

23. BENFEITORIAS PELA ADM MILITAR

23.1. A Administração militar poderá realizar qualquer tipo de obra, reforma, demolição ou construção, manutenção de poços artesianos, instalações de bombas de recalque e mecanismos hidráulicos que permitam o abastecimento de tropas em qualquer parte da área arrendada, para atender as necessidades de manobras e exercícios militares e/ou adequar a área para emprego futuro.

24. BENFEITORIAS PELO OUTORGADO CESSIONÁRIO

24.1. O outorgado cessionário poderá solicitar ao Comandante do 5º Batalhão de Suprimento autorização para realizar benfeitorias no imóvel arrendado, que deverá ser acompanhada de projetos, planilhas de custos, cronograma da atividade e justificativa para a sua realização.

24.2. O Comandante do 5º Batalhão de Suprimento apreciará a documentação e emitirá parecer em relação à necessidade da benfeitoria, após, remeterá os documentos para o Comando da 5ª Região Militar para aprovação.

24.3. O valor empregado na benfeitoria, uma vez reconhecida a sua necessidade pelo Comandante da 5ª Região Militar, poderá ser abatido, total ou parcialmente, do valor devido a título de Cessão de Uso Onerosa Sob o Regime de Arrendamento ou de qualquer crédito que a Administração Militar tenha com o outorgado cessionário.

24.4. Despesas diretas com a sua atividade ou atividade correlata de agropecuária, tais como correção de solo, emprego de adubos, calcário, pastagens e demais investimentos não serão compensados.

16.5. Nenhuma benfeitoria será compensada se não houver prévia autorização do Comando da 5ª Região Militar, e sua realização (sem autorização) ensejará descumprimento contratual, com a possibilidade de multa e rescisão contratual.

25. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

25.1. A tutela de promoção e preservação do meio ambiente pela Administração Pública, deverá ser conservado pelo outorgado cessionário para o equilíbrio ecológico da área arrendada, respeitando as normas produzidas pelos Órgãos Fiscalizadores, tais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro.

25.2. Todas as ações desenvolvidas no interior do imóvel, relacionadas ao uso da terra, deverão estar condicionadas ao CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO – Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, sendo responsabilidade do outorgado cessionário notificar à Administração Militar sobre problemas ambientais existentes na Fazenda, bem como adotar as medidas preventivas necessárias à conservação do meio ambiente.

25.3. O uso de produtos veterinários deverá estar em conformidade com que estabelece a Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989 e Decreto nº 4.074 de 04 de janeiro 2002 e demais Legislações vigentes.

25.4. O outorgado cessionário deverá promover a sempre destinação final ambientalmente adequada de produtos que a legislação exigir.

25.5. Em qualquer área da Fazenda Baronesa é proibido a caça, a pesca, explorar bosques, a derrubada de árvores, o corte de mata nativa, supressão da vegetação para formação de pastagens, a má utilização de barragens, rios, arroios e córregos, bem como outras atividades que comprometam o equilíbrio ambiental ou prejudiquem a fauna e a flora.

25.6. O outorgado cessionário poderá utilizar técnicas de melhoramento do campo nativo, entre as quais a roçada mecânica e a implantação de forrageiras de inverno em sobressemeadura no campo nativo sem o revolvimento do solo, devendo, para isso, apresentar projeto antecipadamente ao Comando do 5º Batalhão de Suprimento para apreciação e aprovação do Comando da 5ª Região Militar, abordando as técnicas de plantio e insumos a serem utilizados, tudo mediante projeto acompanhado por responsável técnico.

25.7. É de inteira responsabilidade do outorgado o pagamento de multas advindas de impactos ambientais causados pelas atividades por ele desenvolvidas na vigência do contrato.

25.8. A outorgante cedente poderá inspecionar a área a qualquer tempo, vender total ou parcialmente a cobertura arbórea a terceiros e explorar, diretamente ou por intermédio de concessionários, as barragens existentes, administrando a utilização da água de maneira que melhor lhe convier.

26. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

26.1. O Comandante do 5º Batalhão de Suprimento, ou qualquer Agente da Administração por ele designado, poderá inspecionar a área arrendada, solicitar comprovação de vacinação obrigatória dos animais, inspecionar as condições sanitárias, visitar a sede da fazenda e galpões, solicitar comprovação do outorgado cessionário de quitação com os encargos sociais e trabalhistas dos empregados, solicitar comprovantes de aquisição de insumos, verificando a origem dos produtos e o recolhimento das embalagens vazias.

26.2. O Comandante do 5º Batalhão de Suprimento poderá realizar visitas às áreas arrendadas mesmo que não tenham sido comunicadas com antecedência ao outorgado cessionário.

26.3. O outorgado cessionário não poderá se negar a apresentar os documentos de origem solicitados, sob pena de rescisão contratual e demais sanções administrativas.

26.4. O recebimento dos bens em contrapartida não financeira será realizado por um representante designado pela autoridade competente. Quando o valor for superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) dos materiais, será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

18.5. O fiscal de contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

27. DOS GRAVAMES E DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

27.1. O outorgado cessionário não poderá criar gravames sobre o imóvel ou dá-lo em garantia de ônus, pessoais ou não, seus ou de terceiros.

27.2. É vedada a participação de familiar até o terceiro grau com servidor integrante da comissão de licitação responsável por este processo licitatório, dos exercentes das funções de Ordenador de Despesas, do Comandante do 5º Batalhão de Suprimento e do Comandante da 5ª Região Militar.

Curitiba/PR, na data da assinatura eletrônica.

NOME COMPLETO - Cel

Ordenador de Despesas da 5ª Região Militar

NOME COMPLETO

Representante legal do fornecedor registrado

TESTEMUNHAS:

1-

2-

28. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

BRUNO COSTA NASCIMENTO

Membro da Equipe de Planejamento

(MODELO)

ANEXO III

DECLARAÇÃO

(Incisos III e IV, do Art. 1º; III, do Art. 5º; e XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal)

O licitante _____, CNPJ/CPF ou CEI n º _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da Lei, que, até a presente data, não possui, em seu quadro de funcionários, empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores e não haver empregados, executando trabalho degradante ou forçado.

_____, ____ de _____ de _____.

(Nome – Identidade – CPF do declarante)

(MODELO)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU RENÚNCIA DE VISTORIA DE IMÓVEL

O(a) licitante _____, CNPJ/CPF ou CEI nº _____,
sediado(a) _____ ou domiciliado(a) _____ (endereço completo)
_____, declara, sob as penas da Lei, que:

() **Visitou as áreas da FAZENDA BARONESA**, objeto da licitação, e que tomou
ciência das condições do imóvel para fins de apresentação de proposta.

ou

() **Não vistoriou as áreas da FAZENDA BARONESA**, objeto da licitação, e que
conhece todas as condições do imóvel para fins de apresentação de proposta.

Declara ainda que está ciente das condições das benfeitorias, das áreas de
barragens, reservas florestais, áreas alagadas e outros óbices e que levou em consideração
esses fatores na formulação do valor ofertado.

_____, ____ de _____ de _____.

(Nome – Identidade – CPF do declarante)

(MODELO)

ANEXO V

(Deverá ser entregue impressa, sem rasuras ou emendas)

**PROPOSTA DE PREÇOS E DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA
COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS;**

O licitante _____, CNPJ ou CPF nº _____, sediada ou domiciliada _____(endereço completo), vem oferecer sua oferta, conforme condições a seguir discriminadas:

Nome do Imóvel: **FAZENDA BARONESA**

Local: Palmeira/PR

Área: 638,0512 ha

Valor de referência: **R\$ 130,11** (cento e trinta reais e onze centavos) **por saca**.

Quantidade mínima de sacas de soja para arrendamento da área: **12.697,22** (doze mil seiscentos e noventa e sete e vinte e duas) **sacas de soja ao ano**.

Valor mínimo anual: **R\$ 1.652.035,29** (um milhão seiscentos e cinquenta e dois mil e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos).

VALOR OFERTADO

R\$ _____ (escrever por extenso o valor ofertado)

Quantidade de sacas de soja, correspondentes ao valor ofertado _____ (corresponde ao valor ofertado dividido pelo valor de referência de sacas de soja).

Prazo de validade da proposta: **90 (noventa) dias**.

Declaro que tenho conhecimento e concordo com os termos deste Edital de Licitação e seus anexos e que a proposta compreende integralmente os custos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajuizamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

Local e data

assinatura do(s) proponente(s)

(MODELO)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação da Licitação)

O Licitante _____, CNPJ/CPF ou CEI nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: (a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____.

(Nome – Identidade – CPF do declarante)

(MODELO)

(TIMBRE DA EMPRESA)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ n.º _____, sediada no seguinte endereço: _____, n.º e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/21, que:

A licitante é uma microempresa ou empresa de pequeno porte, devidamente enquadrada nos termos da legislação vigente. Portanto, confirma que no ano-calendário de realização do presente certame não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme definido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro ainda estar ciente de que o não cumprimento das disposições legais acima referidas pode acarretar a inabilitação da empresa nesta licitação, bem como outras sanções previstas na legislação.

Por fim, coloco-me à disposição para apresentar quaisquer documentos comprobatórios que se façam necessários para a verificação da veracidade das informações ora prestadas.

_____, ____ de _____ de _____.

(Nome – Identidade – CPF do declarante)

(CARIMBO DA EMPRESA)

(MODELO)

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

(Identificação da Licitação)

O Licitante _____, CNPJ/CPF ou CEI n ° _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação do presente processo licitatório e que inexistem fatos impeditivos, estando ciente da obrigação de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de _____.

(Nome – Identidade – CPF do declarante)

(MODELO)

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

(Identificação da Licitação)

Eu, _____, domiciliado em _____, na cidade de _____, no Estado de _____, inscrito no CNPJ ou CPF nº _____, declaro, sob as penas da Lei, que cumprirei as obrigações referentes a **sustentabilidade ambiental**, conservação do solo e do meio ambiente conforme prevê o Termo de Referência, e de acordo, com a minuta de contrato.

(Nome e assinatura da declarante)

(MODELO)

(TIMBRE DA EMPRESA)

ANEXO X

**DECLARAÇÃO QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS
PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS DA PREVIDÊNCIA
SOCIAL**

(Identificação da Licitação)

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ n.º _____, sediada no seguinte endereço: _____, n.º e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da Lei que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____, ____ de _____ de _____.

(Nome – Identidade – CPF do declarante)

(CARIMBO DA EMPRESA)